



P.3 À P.5 - MEALHADA
RECEBEU SN E CG



P.16 À P.21 - FNE NO
8º CONGRESSO MUNDIAL DA IE



Objetivo deste Governo sempre foi uma

P.6 À P.11

EDUCAÇÃO BARATA

NESTA EDIÇÃO

P.2 - EDITORIAL | P.12 - JOSEFA LOPES REELEITA PRESIDENTE DO SDPSUL | P.13 - FNE EM NEGOCIAÇÃO COLETIVA COM A CNEF | P.14 - FNE E MCTES ASSINAM ACORDO QUE GARANTE MELHORES CONDIÇÕES PARA OS LEITORES | P.15 - CONSULTA AOS TRABALHADORES DARÁ FRUTOS / FNE REVÊ CONTRATO COM IPSS PARA NÃO DOCENTES | P.22, P.23 - O PAPEL DOS PARCEIROS SOCIAIS NA INOVAÇÃO E INCLUSÃO | P.24, P.25 - ENCONTRO DA ALIANÇA PARA A APRENDIZAGEM EM PRAGA | P.26, P.27 - DIPLOMAS PUBLICADOS EM DIÁRIO DA REPÚBLICA JULHO DE 2019

Editorial



NOVAS FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DO TEMPO ESCOLAR

Estamos a concluir o ano letivo.

A verdade é que, nas nossas escolas, muitos Docentes do ensino secundário continuam a garantir o serviço de exames, sendo certo que para muitos o gozo às merecidas e justas férias a que têm direito não vai poder concretizar-se.

Do mesmo modo, em relação às direções das escolas, muito dificilmente será possível o cumprimento pleno e integral daquele direito.

Este é o resultado da falta de uma nova organização do calendário escolar e das atividades que têm de ser garantidas. Ao longo dos anos, fomos acomodando a uma organização do calendário escolar, sem que se estudem com tempo e consistentemente outras soluções. Continuamos a viver a pressão de um processo complexo de provas nacionais que se arrasta durante dois meses e que tem consequências ao nível do tempo de finalização da organização das turmas e da requisição de professores para o ano letivo seguinte. Sempre debaixo de uma pressão enorme para cumprir prazos e executando todos os procedimentos que estão estabelecidos.

É no quadro da necessidade de sair de modelos que têm funcionado sem alteração ao longo dos anos que em algumas escolas se têm vindo a equacionar e até a operacionalizar novos modos de organização do calendário escolar, em termos de definição dos tempos de avaliações intermédias – ou por trimestre ou por semestre.

Saúda-se que as escolas tenham conseguido obter este espaço de definição autónoma da sua organização temporal. E que neste quadro também seja possível desburocratizar o processo de formação e divulgação das avaliações intermédias dos alunos.

Entendemos, no entanto, que esta não é a única dimensão que deveria estar em causa. Dever-se-iam discutir de uma forma integrada as restantes variáveis que se enquadram na organização temporal da escola.

Só em consequência de soluções congruentes e novas é que poderia atingir o objetivo que consideramos essencial de que todos os docentes conheçam as suas colocações para o ano letivo seguinte até ao dia 31 de julho de cada ano. Seria um sinal evidente de que a escola estaria organizada a tempo para o ano letivo seguinte, que os docentes que aí vão trabalhar tivessem informação sobre os alunos com quem vão trabalhar, que pudessem organizar com tempo a sua vida familiar. Para se acabar de vez com esta triste realidade com que milhares de docentes todos os anos são confrontados de, em 48h, nos primeiros dias de setembro, e ao saberem das suas colocações, irem organizar-se para a nova escola em que vão trabalhar.

A FNE entende que estas são matérias sobre as quais vale a pena discutir e procurar novas soluções que libertem os professores para as suas tarefas essenciais e que façam com que o ambiente em cada escola seja mais saudável e distendido.

João Dias da Silva
Secretário-Geral

FNE avança estratégias para o novo ano letivo



A Mealhada, no distrito de Aveiro, recebeu a 11 de julho de 2019 a reunião de final de ano letivo do Secretariado Nacional da FNE, com o objetivo de fazer o balanço sobre o ano que agora terminou e definir a estratégia de ação sindical a realizar em 2019/20.

João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, começou por fazer uma apreciação global do processo negocial relativo ao processo da recuperação do tempo de serviço, passando depois para uma análise das ações a levar a cabo já em setembro próximo, a que se seguiu um debate com participação dos secretários-nacionais presentes.

Um dos temas em discussão foi ainda o desenvolvimento do

estudo dos dados resultantes da consulta pública, realizada recentemente pela FNE, a respeito da operacionalização do regime da Educação Inclusiva, assim como a aprovação do respetivo caderno reivindicativo e ações a desenvolver.

Outra das questões tratada foi a apresentação de alguns resultados do questionário dirigido aos Não Docentes, relativos ao tema 'Melhores Escolas com Trabalhadores Não Docentes valorizados, qualificados e reconhecidos'.

O Secretariado Nacional debateu também questões ligadas ao ensino particular, cooperativo e social referentes aos processos negociais em curso e em que a FNE está a participar, no âmbito dos diferentes instrumentos de contratação coletiva.

A aprovação das linhas orientadoras do Roteiro para a Legislatura 2019-2023 e a elaboração de um documento apreciativo do ano letivo em curso e dos últimos quatro anos de Governo, também fizeram parte da linha de debate ao longo do dia.

João Dias da Silva fez um balanço geral sobre os trabalhos, elogiando a excelência do trabalho sindical desenvolvido pelos sindicatos da Federação, reforçando que a FNE não vai desistir da exigência da recuperação integral do tempo de serviço e genericamente de todas as frentes de intervenção que forem necessárias em defesa dos trabalhadores da Educação que representa.

GALERIA DE FOTOS



No dia 12 de julho reuniu, no mesmo local o Conselho Geral (CG) da FNE, em que foi votada e aprovada por unanimidade a versão consolidada dos Estatutos da Federação.

O SG João Dias da Silva fez a apreciação político-sindical desde a última reunião do CG de março deste ano, detendo-se particularmente sobre a operacionalização da recuperação dos 2 anos 9 meses e 18 dias de todo o tempo de serviço congelado, relativamente ao qual assinalou que não houve uniformidade na operacionalização desse processo de contabilização, mas que este período foi marcado de

forma positiva por uma aproximação dos professores aos seus sindicatos.

João Dias da Silva deixou ainda a certeza de que a ação reivindicativa da FNE continuará no sentido da exigência da recuperação integral do tempo congelado, logo no início da próxima legislatura.

O SG da FNE comentou ainda os estudos realizados pela FNE no âmbito da educação inclusiva, do ensino superior e não docentes, deixando relativamente a estes o alerta de que escolas continuam sem os profissionais de que necessitam.

A fechar, e em jeito de balanço da legislatura, lembrou que "o Ministério da Educação (ME) foi capturado pelo Ministério das Finanças (MF)", sublinhando ainda que "continuamos a lutar contra o esvaziamento do interior e passámos mais uma legislatura em que não houve uma valorização dos trabalhadores da educação e em que se desinvestiu nas pessoas", o que leva a FNE a considerar que, nos próximos quatro anos de Governo, é necessário libertar o ME da carga que o MF tem colocado nas escolas e universidades portuguesas.





Termina mais uma Legislatura com o único objetivo de uma educação barata e que não deixa saudades!

“O ano letivo está a terminar e com ele uma Legislatura que não deixa saudades. Aliás, em Educação, vamos acumulando legislaturas que não nos deixam saudades, sem podermos registar que, por uma vez, se atinjam os níveis indispensáveis de valorização dos educadores de infância, professores de todos os setores de ensino e trabalhadores não docentes, ou sequer que tenhamos melhorado os nossos índices de qualidade em variados domínios.” Foi desta forma que João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE deu início do balanço de final de ano letivo e de legislatura que a FNE apresentou a 31 de julho em conferência de imprensa, nas suas instalações, no Porto.

O SG da FNE sublinhou que “entre os profissionais da Educação continuam fortes os sinais de mal-estar, de desânimo, de falta de esperança, de desmobilização, de descrença, de insatisfação. São muitas as razões para esta situação.

A desconfiança dos poderes políticos, a falta de autoridade reconhecida, a pressão crescente instalada por uma regulação cada vez mais disseminada por todas as atividades desenvolvidas, a dispersão do esforço profissional

para as tarefas administrativas, a sucessão e contradição de normas inadequadas. E a acrescentar a tudo isto, a falta de estímulo de uma perspetiva de desenvolvimento de carreiras, atrativas e adequadamente remuneradas”.

UM MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO DISTRAÍDO E INCOMPLACENTE EM RELAÇÃO AOS PROBLEMAS REAIS DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO

A FNE denunciou que não foi nesta Legislatura que se deram passos ou se definiram políticas que reconhecessem a autoridade dos professores. Pelo contrário, as orientações da política educativa desconfiaram dos professores, dos diretores e das escolas, não promoveram a sua autonomia e não valorizaram os profissionais da educação. Pelo contrário, aumentaram a pressão do controlo, o que se traduziu particularmente na forte carga burocrático-administrativa que desviou os docentes do que é essencial e que é o seu trabalho

com os alunos e por causa dos alunos.

Não foi nesta Legislatura que se adotaram medidas concretas que conduzissem à diminuição da indisciplina em contexto escolar, o que aliás deveria ter sido assumido claramente pelo Governo, até em atenção ao recente Relatório TALIS de 2018, da OCDE, em que se assinala que os docentes portugueses são dos que mais tempo perdem em medidas de controlo da disciplina em cada tempo letivo.

Não foi nesta Legislatura que o Governo assumiu a sua responsabilidade em termos de medidas que combatam o excessivo envelhecimento do corpo docente das escolas, reconhecido em todos os relatórios nacionais – Conselho Nacional de Educação – e internacionais – OCDE. O Governo fez o que o povo chama “assobiar para o lado” e “sacudir a água do capote”, transferindo para quem vier a seguir os efeitos da ausência de medidas tomadas em tempo oportuno, com base em estudos prospetivos consistentes.

Não foi nesta Legislatura que o Governo adotou medidas para combater a insuficiência e a instabilidade dos docentes que se traduziu em milhares de aulas que os alunos não tiveram por não terem docente em funções. Era responsabilidade do Governo estabelecer legislação, negociada com as organizações sindicais, que impedissem os milhares de circunstâncias em que as escolas não tiveram professor para colocar para garantir o direito dos alunos a terem aulas.

Não foi nesta Legislatura que se tomaram medidas de rejuvenescimento do corpo docente e de atratividade da profissão docente, fazendo com que os melhores alunos do ensino superior queiram ser professores.

Não foi esta foi a legislatura capaz de fugir à regra de todos os governos de, em vez de construir mudanças em consenso, as

determinou sem consistência, sem adesão e sem durabilidade, e que estarão em vigor apenas até à definição de uma nova maioria conjuntural.

Pela parte da FNE, e como era seu dever, foi criticada sistematicamente a ausência ou insuficiência de políticas viradas para o desenvolvimento, para o crescimento e para a promoção do emprego. A FNE exigiu que fosse travado um discurso e uma prática que se esgotavam na austeridade e que ignoravam as alavancas do crescimento económico e acima de tudo uma resposta adequada a todas as tentativas de desvalorização dos trabalhadores que a FNE representa.

É verdade que ao longo dos últimos anos, se não fora a ação sindical, algumas medidas das mais gravosas não poderiam ter sido revertidas, como foi a tentativa de imposição de uma divisão dos docentes em

duas categorias, um regime de reconversão profissional que mais não era do que um despedimento à pressa, a tentativa de imposição de uma Prova de Avaliação de Conhecimentos e Capacidades, a tentativa de imposição de um horário de 40 horas. Também foi por ação sindical que se conseguiram vinculações importantes, quer de docentes quer de não docentes, como se impôs um regime de vinculação automática na sequência de três contratações, combatendo-se sempre a precariedade. E noutras circunstâncias foi preciso o recurso aos Tribunais para que se fizesse justiça.

O balanço da ação sindical é claramente positivo. O balanço da ação dos governos é francamente negativo. E é negativo porque foi sempre orientado pela obsessão orçamental de redução de despesas, fosse a que custo fosse.

A AUSTERIDADE CONTINUOU A IMPEDIR INVESTIMENTO EM EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

Para a FNE, a austeridade não deixou de constituir um traço dominante do funcionamento do Estado e das políticas financeiras conduzidas pelo Estado em relação aos serviços públicos, nomeadamente o da Educação.

Na atual Legislatura, o Ministério da Educação foi capturado e ficou prisioneiro do Ministério das Finanças.

A marca dominante da governação foi a da preocupação de garantir um serviço de educação pelo preço mais baixo possível. As medidas mais importantes em Educação tiveram por objetivo essencial conter ou diminuir a despesa em Educação, o que aliás se traduz de

uma forma bem clara no peso que a Educação representa em relação ao PIB nacional – uns escassos 4%, em contradição com os 6% recomendados, no mínimo, por todas as instituições internacionais. Nada haveria de mal se esta diminuição não se estivesse a traduzir em redução da qualidade do sistema educativo. Redução na qualidade das condições dos processos de ensino-aprendizagem, redução pela desvalorização de todos os profissionais que asseguram o sistema educativo nas suas diferentes modalidades, redução na ausência de políticas de elevação da qualidade da formação inicial ou da formação continua destes profissionais.

Desde a continuação da política de encerramento de escolas por todo o território até à constituição de agrupamentos de dimensão exagerada e ingerível, passando pela resistência ao restabelecimento das carreiras especiais dos trabalhadores não docentes, a que se acrescentou a recusa de garantir a consideração aos docentes da totalidade do tempo de serviço que esteve congelado, muitas foram as medidas que, mais do que reduzir despesa, significaram desinvestimento em educação de qualidade.



Também no **Ensino do Português no Estrangeiro (EPE)** se fez sentir o forte desinvestimento por parte da tutela, continuando a proliferar os grupos letivos demasiado heterogêneos, com alunos até cinco níveis de escolaridade diferentes e variados graus de conhecimentos de Português lecionados conjuntamente, durante o máximo de 60 ou 90 minutos por semana, visto o Camões, Instituto da Cooperação e da Língua, continuar a insistir no número mínimo de 12 alunos por grupo, no ensino paralelo, que tem lugar após o horário escolar normal, e onde os alunos, na maioria

portugueses, continuam obrigados ao pagamento da taxa de frequência ou propina, enquanto que no ensino integrado no horário escolar, embora sem ser disciplina, os alunos, na maioria estrangeiros, usufruem de ensino de qualidade, gratuito e sem número mínimo de alunos fixo.

Os professores do ensino paralelo não têm direito a qualquer redução de horário, apesar da sobrecarga que representa ensinar alunos de todos os níveis de escolaridade.

Estes professores não são substituídos, exceto nos casos em que o tempo de faltas seja superior a um mês, o que significa que os alunos, embora pagando a taxa, muitas vezes não têm direito às poucas horas de leção previstas.

A FNE não pactuou com esta situação e denunciou sempre com vigor e combateu na medida das suas possibilidades as iniciativas legislativas que construíram esta realidade tão negativa. Em muitas circunstâncias, tivemos sucesso. Noutras, os objetivos ainda estão por alcançar.

O INÍCIO DA RECUPERAÇÃO DO TEMPO DE SERVIÇO CONGELADO FOI UMA CONQUISTA DOS DOCENTES

A FNE lembrou que é verdade que, no começo da Legislatura, e no Programa do Governo, nada se previa em relação à recuperação do tempo de serviço congelado aos docentes, reservando-a às carreiras gerais. A Legislatura termina sem que o objetivo da recuperação total tenha sido atingido, mas o Governo teve de iniciar, a contragosto, o processo dessa recuperação, com uma parcela que para já é de 2 anos 9 meses e 18 dias. Aliás, a FNE iniciou a Legislatura com a apresentação na Assembleia da República de uma petição com mais de 7000 assinaturas, “Descongelamento, Já!” e na qual se previa a recuperação total do tempo de serviço congelado. Foi o debate em plenário desta Petição que originou a Resolução nº 1/2018, na qual a Assembleia da República determi-

nava que todo o tempo de serviço congelado fosse considerado para o pleno desenvolvimento das carreiras dos docentes.

A FNE considera, assim, que, é imperioso que o Governo que resultar das próximas eleições inicie o mais rapidamente possível a negociação da definição do prazo e do modo da recuperação do tempo ainda não considerado. E isto independentemente da continuação do desenvolvimento de ações judiciais que têm vindo a ser formuladas, em defesa dos direitos dos sócios dos Sindicatos da FNE.

No caso dos professores do EPE, além de também atingidos pelo congelamento de carreira, embora no sistema existam apenas dois grupos remuneratórios, mais e

menos de 15 anos de serviço, sem qualquer tipo de índices, foram ainda relegados definitivamente para a segunda prioridade nos concursos em território nacional, facto que na prática impede os mesmos de conseguir uma situação laboral estável e de vincular, visto que no estrangeiro não existe Quadro e os horários dependem de um número de alunos que diminui anualmente, num sistema caracterizado por forte precariedade.

Deste modo, a FNE solicitará de imediato uma reunião ao novo Ministro da Educação, logo que constituído o novo Governo, para apresentar o caderno reivindicativo para a Legislatura, no qual a questão da recuperação integral do tempo de serviço congelado terá um lugar prioritário.



A SISTEMÁTICA ULTRAPASSAGEM DOS LIMITES DO TEMPO DE TRABALHO FOI E SERÁ COMBATIDA

A FNE colocou a este Governo, desde a primeira hora, a necessidade de se corrigirem as orientações relativas à organização dos horários dos docentes. Vínhamos a detetar que os limites legais do tempo de trabalho docente estavam a ser sistematicamente ultrapassados. Esta questão foi colocada pela FNE desde a primeira negociação do despacho de organização de cada ano letivo, recusando-se sempre o Governo a rever a distinção dos conteúdos da componente letiva e da componente não letiva.

A realidade com que a FNE se deparou foi com a ultrapassagem sistemática dos limites do tempo de trabalho e com a atribuição à componente não letiva de tarefas que deveriam integrar a componente letiva. Como, por insuficiência de regulamentação, esta componente nunca é medida, e vai sendo utilizada pelas direções das escolas, sem respeito por quaisquer limites, o que acontece é que os docentes trabalham 40 a 45 horas

semanais, sendo ainda mais grave que este acréscimo de tempo de trabalho não tem por justificação o trabalho colaborativo e de equipa por causa dos alunos, mas, na sua maior parte, para o desenvolvimento de tarefas burocráticas e sem impacto na qualidade dos processos de ensino-aprendizagem, a que acresceu mais recentemente o muito discutível processo de limpeza de manuais escolares utilizados durante o ano letivo para poderem ter nova utilização no próximo ano letivo.

Que mais faltará acrescentar para impor aos docentes portugueses?

Foi esta a razão pela qual decorreu ao longo do ano letivo que agora está a terminar uma greve às atividades que excedessem os limites do tempo de trabalho. Aliás, esta greve serviu de motivação para que em muitas escolas se corrigissem procedimentos, conduzindo-os ao cumprimento dos preceitos legais.

A verdade, no entanto, é que a legislação continua imprecisa, o que foi sublinhado pela FNE num pedido de reunião que dirigiu ao Ministério da Educação, no sentido de se reverem as formulações do despacho de organização do ano letivo, de modo a impedir os excessos que continuam a verificar-se.

A FNE repudia a discricionariedade do Ministério da Educação, uma vez que este recusou o pedido de reunião formulado pela FNE, tendo, no entanto, reunido com outras organizações sindicais sobre a mesma matéria.

De qualquer modo, a não haver mudança de orientações por parte do Ministério da Educação, a FNE manterá a greve a todas as atividades que excedam os limites do tempo de trabalho, logo a partir do início do próximo ano letivo.

A INSUFICIÊNCIA DOS TRABALHADORES NÃO DOCENTES NÃO PODE CONTINUAR

Sobre a situação dos Trabalhadores Não Docentes, particularmente no início de cada ano letivo, e mesmo ao longo de cada um dos anos letivos, foram múltiplas as circunstâncias em que se identificou uma gritante insuficiência de Trabalhadores Não Docentes que assegurassem o regular funcionamento de vários serviços das escolas. Não raro as Bibliotecas estiveram fechadas, não houve vigilância nos recreios ou nas portarias e outros serviços foram reduzidos a mínimos críticos. E tudo isto com efeitos sobre a carga de trabalho atribuída aos poucos trabalhadores que restavam para assegurarem o funcionamento regular das escolas. A FNE continua a defender a adoção de medidas concretas para

combater a falta de trabalhadores não docentes que resulta das baixas por doença de longa duração, para o que apresentou propostas concretas, sempre ignoradas pelo Ministério da Educação. A Legislação termina sem que a questão do restabelecimento das carreiras especiais dos Trabalhadores Não Docentes fique resolvida, embora se possa assinalar muito positivamente a aprovação pela Assembleia da República da Resolução nº 36/2017, a qual determina ao Governo que inicie processos negociais com vista a esse objetivo. Esta Resolução foi adotada na sequência de uma Petição que a FNE promoveu, com o apoio da FESAP, e que recolheu mais de 6000 assinaturas e que foi discutida em

Plenário da Assembleia da República no dia 13 de dezembro de 2017.

Para além desta questão, a FNE continua a defender a necessidade de revisão da Portaria de rácios, o que embora tenha ocorrido através da publicação de um novo diploma, a Portaria nº 272-A/2017, de 13 de setembro, sem que, no entanto, e na sua sequência, se tivesse aberto qualquer processo concursal, o que faz com que, embora insuficiente no seu conteúdo, nem ao menos as orientações que nela se identificam tiveram até agora qualquer efeito.

A FNE admite o recurso de novo à greve, se esta gritante insuficiência de Trabalhadores Não Docentes continuar a verificar-se.



A ASFIXIA DAS INSTITUIÇÕES DO ENSINO SUPERIOR DEVE ACABAR

O Ensino Superior foi também uma das matérias apresentadas neste balanço, pois estas instituições viveram sistematicamente sob a pressão da insuficiência das transferências de verbas que, no quadro dos compromissos estabelecidos, deveriam receber para cumprirem os seus programas de trabalho.

Aliás, esta insuficiência nos respetivos financiamentos impediu que ocorressem múltiplas progressões em carreira de docentes do Ensino Superior.

A FNE desenvolveu permanentemente ações com vista ao fim da situação de precariedade e de incumprimento das normas relativas à entrada em quadro dos docentes e investigadores que acumulam contratações sucessivas, muito para além do que os normativos prevêem. Para a FNE, o alcance de aplicação do PREVPAP ficou aquém do que eram as suas obrigações, o que faz com que se mantenha a precariedade dos vínculos laborais nas Instituições do Ensino Superior. Deste modo, colocaremos ao próximo Governo a

necessidade de se retomarem os trabalhos do PREVPAP que permitam a regularização de todas as situações. Registamos positivamente que foi possível viabilizar um alongamento de prazo de conclusão de doutoramento, previsto na legislação que estabeleceu o regime transitório de acesso aos quadros, nos termos da revisão dos estatutos de carreira docente do ensino superior universitário e politécnico, o que aliás, em final de Legislatura, foi alargado aos Leitores.

A IMPOSIÇÃO APRESSADA DE MEDIDAS DE IMPACTO DUVIDOSO

Segundo a FNE, o Governo escolheu a flexibilidade curricular e a educação inclusiva para ficarem como a marca da Legislatura, em termos de mudança.

A verdade é que nem na sua formulação nem na sua aplicação conseguiu o nível mínimo de credibilidade para ganhar a adesão

particularmente dos docentes portugueses. E esta situação resulta da pesada carga burocrática que lhes está associada, pelos relatórios e justificações que os normativos semeiam no seu articulado, da insuficiência de recursos atribuídos para a sua concretização e em muitas circunstâncias da falta de

clareza nas orientações que se pretendem implementar.

Mais uma vez, e em matérias cruciais de qualidade do sistema educativo, considera a FNE que se perdeu a oportunidade de conseguir uma solução sustentada, consistente e duradoura.

APRECIÇÃO GLOBAL DA AÇÃO DO GOVERNO EM TERMOS DE EDUCAÇÃO CLARAMENTE NEGATIVA EXIGE NOVAS POLÍTICAS DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO E DE INVESTIMENTO NUMA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE QUALIDADE PARA TODOS

A fechar, a FNE fez a avaliação global da ação deste Governo na área da Educação – quer no âmbito do Ministério da Educação, quer no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - e avaliou-a como francamente negativa, considerando que esta política deve ser substituída.

Esta foi a legislatura de mais baixo nível de diálogo e de respeito pelas organizações sindicais e pelos seus contributos.

Não é o número de reuniões que se realizam que pode medir esse índice mas o grau de disponibilidade para o compromisso. Ora, este Governo foi totalmente indisponível para o compromisso.

Em vésperas de eleições legislativas, esta é a oportunidade de confrontarmos os Partidos Políticos com as propostas que queiram apresentar para reverter esta situação. Não desistimos no

passado de combater o que esteve mal. Não desistimos agora de ser exigentes para um futuro diferente para a educação em Portugal.

É neste contexto que a FNE definiu um documento que designou por Roteiro para a Legislatura 2019-2023 e que estabelece um conjunto vasto de matérias que entendemos que devem ser tratadas ao longo da Legislatura.

NA ABERTURA DO ANO LETIVO 2019/20

No dia **2 de setembro**, a FNE promoverá em Lisboa, com a CONFAP e a ANDAEP, uma sessão pública de apresentação de perspetivas do ano letivo que estará para começar, para identificar as medidas concretas que devem ser adotadas para garantirem o seu funcionamento com qualidade.

A FNE vai promover uma sessão pública que vai ocorrer em Lisboa no dia **3 de setembro**, sob o lema “*Educação: que desafios para a Legislatura*”, para apresentação do Roteiro para a Legislatura, realizando nessa data uma sessão de debate em que, em painel, os Partidos Políticos possam apresentar as suas perspetivas para o futuro.

No dia **11 de setembro**, reunirá o Secretariado Nacional da FNE em Lisboa, para fazer o balanço das condições de abertura do ano letivo e determinar as ações em que se envolverá a partir daí.

Nos dias **12 e 13 de setembro**, os últimos dias para que as escolas possam iniciar as suas atividades do novo ano letivo, a FNE promoverá visitas a escolas para sinalizar as respetivas condições de abertura e manifestar a sua solidariedade aos trabalhadores da Educação:

- dia **12**, visita a escolas de Lisboa
- dia **13**, visita a escolas de Castanheira de Pera e Figueiró dos Vinhos

No dia **5 de outubro**, a FNE integrará a organização e a mobilização da Manifestação Nacional “Valorizar e rejuvenescer a profissão”, por ocasião da comemoração do Dia Mundial do Professor, que se realizará em Lisboa.

No dia **7 de outubro**, dar-se-á continuidade ao Programa “Agimos Juntos”, com a presença do Secretário-Geral da FNE em Setúbal, em visitas a escolas e em contacto com a Autarquia Local.

No dia **26 de outubro**, realizar-se-á em Santa Maria da Feira a VII

Convenção Nacional FNE-CONFAP-ANDAEP-FNAEBS, sob o lema “Desafios e Exigências da Escola para Todos”.

Nos dias **8 e 9 de novembro**, a FNE promoverá em Lisboa o seu Fórum Anual “Mais unidos, mais fortes, por uma ação sindical de reforço dos Sindicatos e de valorização das pessoas”, para debate de linhas orientadoras de intervenção político-sindical.

O Secretariado Nacional e o Conselho Geral da FNE reunirão respetivamente nos dias **12 e 16 de novembro**, fazendo a apreciação das consequências das eleições legislativas, em termos governativos e eventualmente do próprio Programa de Governo se, entretanto, já estiver formado e em funções.

No dia **23 de novembro**, serão promovidas em Ponta Delgada as iniciativas de celebração do Dia Nacional do Trabalhador Não Docente.

Josefa Lopes reeleita Presidente do SDPSul

Josefa Lopes foi reeleita para a Presidência do Sindicato Democrático dos Professores do Sul (SDPSul) para novo mandato no quadriénio de 2019-2023.

A cerimónia de tomada de posse dos novos corpos sociais realizou-se em Évora, com a Presidente reeleita a considerar que "estas eleições correram muito bem. Havia lista única, no entanto ficámos todos muito satisfeitos na minha equipa, na medida em que tivemos muitos votos e isso deu-nos alguma tranquilidade".

Relativamente às expectativas para este mandato, Josefa Lopes garantiu que "vamos fazer o melhor que pudermos, como temos feito até aqui e o resultado desse trabalho é que somos um Sindicato em grande crescimento. Somos um Sindicato que consegue manter os sócios e ainda temos vindo a aumentar esse número. É nessa linha que queremos seguir, porque acreditamos, pelo que vemos quando vamos às escolas, que a maior parte dos professores sindicalizados, no sul do país, são sócios do SDPSul. Este é o resultado de um trabalho da nossa parte. Além disso, o nosso Sindicato, ao nível do apoio ao



associado, faz um trabalho que os professores e os nossos sócios consideram de excelência, realizando um atendimento personalizado e de máxima responsabilidade. As pessoas sabem isso, reconhecem o nosso trabalho e daí o nosso crescimento", sublinhou.

O Secretário-Geral da FNE, João Dias da Silva, esteve presente na cerimónia e deixou algumas palavras aos novos corpos sociais deste Sindicato filiado na FNE desde 1986, ano da sua criação, realçando que "esta é a afirmação da ligação solidária que se estabelece no quadro da nossa Federação, de que este Sindicato é membro, e que permanentemente se consolida num diálogo franco que é a concretização da participação dos vários sindicatos num projeto de sindicalismo democrático de intervenção, de negociação e de concertação, de

proposta e de ação. A presença do SDPSul reforça a FNE e confere-lhe uma dimensão de representatividade que muito estimamos, na diversidade de perspetivas que é sempre a marca da riqueza de organizações como as nossas, e no respeito que tem de caracterizar as relações entre instituições".

A fechar, João Dias da Silva realçou ainda que "A verdade é que, genericamente, os professores não têm sido atores essenciais na determinação das políticas educativas nacionais, e nem lhes é permitido definir a prática profissional nas suas próprias escolas. Tem sido assim no nosso país e temos de inverter essa situação. Mas, para o conseguirmos, temos de retomar a tónica sobre a profissionalidade docente, como elemento incontornável de um sistema educativo que promove a qualidade e a equidade. Estes são desafios que a intervenção sindical docente deve assumir, sem complexos de elitismos, nem receios de falta de compreensão por parte dos docentes. É neste sentido que devemos também trabalhar e é neste sentido que eu entendo que a nova direção do SDPSul está disponível para trabalhar. Mãos à obra, então", finalizou.



FNE em negociação coletiva com a CNEF



A FNE (Federação Nacional da Educação) e a CNEF (Comissão Nacional de Estágio e Formação) estiveram reunidas em Lisboa para analisar a proposta de revisão do CCT (Contrato Coletivo de Trabalho) do ensino particular e cooperativo e profissional, que a FNE apresentou.

Deste encontro saiu um entendimento de princípio entre a CNEF e a FNE, de forma a aproximar a estrutura do ensino profissional à do ensino regular, com condições de progressão a negociar, sendo que a FNE propôs que os formadores com habilitações de grau superior fossem inseridos na estrutura de carreira dos professores do ensino profissional, proposta esta que será analisada nas reuniões seguintes.

Acabou por se verificar um entendimento para que a reclassificação dos docentes do ensino profissional seja tratada em sede de nova estrutura de carreira e um acolhimento da CNEF sobre a proposta da FNE,

para uma maior consideração do mérito profissional na progressão na carreira.

As propostas apresentadas pela FNE sobre a Formação contínua e reconversão profissional foram acolhidas, mas com necessidade de se aprofundar durante o processo negocial, bem como a de proporcionar a escolaridade obrigatória aos trabalhadores que não a possuam, ficando ainda estabelecido o compromisso de aprofundar as propostas da FNE sobre a compatibilidade entre vida profissional e familiar.

A matéria relativa aos adiantamentos remuneratórios em situação de doença e acidentes de trabalho mereceram simpatia, mas com necessidade de aprofundamento durante o processo negocial.

Nesta reunião ficou demonstrada, por parte da Direção da CNEF vontade para avançar com um ACT (Acordo Coletivo de Trabalho), proposto pela FNE. Nas próximas reuniões esta matéria será objeto de aprofundamento, começando por se fazer o levantamento das entidades associadas da CNEF que à partida vão avançar.

As propostas da FNE sobre questões de complementos de saúde e reforma serão trabalhadas em sede do ACT, ficando ainda definido que será abordada em reuniões futuras a situação específica dos docentes do Ensino Artístico e Especializado, assim como o aumento do salário mínimo para 636 euros e ajustamentos daí decorrentes nas duas categorias iniciais.

No final deste encontro ficou determinado que o processo negocial será retomado em setembro.



FNE E MCTES assinam acordo que garante melhores condições para os leitores



A FNE assinou no dia 23 de julho, o acordo negocial relativo à proposta de legislação que esteve em discussão entre o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) e a Federação Nacional de Educação (FNE) para resolver a situação de injustiça que afeta os leitores que ainda não ingressaram na carreira, por insuficiência de legislação anterior que o assegurasse oportunamente.

A FNE sempre entendeu ao longo desta negociação que os vínculos existentes à data da entrada em vigor das alterações ao estatuto de carreira docente operadas em 2009 mereciam um tratamento adequado à salvaguarda das expectativas dos docentes contratados até essa data e que, em virtude da longa relação laboral a termo já estabelecida com as instituições de ensino superior onde prestavam serviço, deviam ver criadas condições para que pudessem obter o doutoramento e, desse modo, ter as condições habilitacionais necessárias para o ingresso na carreira docente, o que à data de hoje não se verificava.

Com esta medida, estabiliza-se o seu vínculo, permitindo deste modo combater a precariedade de um conjunto considerável de Leitores.

Ficou também considerado neste acordo que devem ser criadas condições de ingresso em carreira, na categoria de professor auxiliar, aos docentes que sejam titulares do grau de doutor à data da entrada em vigor o novo decreto-lei, e aos restantes no final do período disponibilizado para a realização do doutoramento, com procedimentos concursais que valorizem adequadamente a experiência letiva destes docentes.

Por fim, ficou definido que, apesar da opção legislativa agora considerada relativamente aos docentes que exerciam a docência em setembro de 2009, não deve ser prejudicada a existência da categoria de leitor como categoria de pessoal especialmente contratado nos termos atualmente previstos no Estatuto da Carreira Docente Universitária, que

se deve manter, o que é especialmente relevante para garantir a continuidade do exercício de funções no âmbito de acordos bilaterais com entidades estrangeiras promotoras da língua e cultura dos respetivos países.

A FNE manifestou, portanto, o seu acordo ao projeto de decreto-lei que aprova normas complementares ao regime de transição dos leitores introduzido pelo Decreto-Lei n.º 205/2009, de 31 de agosto, na sua redação atual.

A assinatura deste acordo demonstra como através do diálogo e espírito negocial é possível alcançar soluções que vão permitir a um vasto conjunto de Leitores a melhoria das suas condições laborais.

O diploma final foi apresentado e aprovado em Conselho de Ministros no dia 25 de julho de 2019, entrando em vigor a 1 de setembro de 2019.

NÃO DOCENTES

Consulta aos trabalhadores dará frutos



STAAE
SUL E REGIÕES AUTÓNOMAS

Caros e caras colegas:

Ao longo de dezenas de anos, tem sido profícua a relação de trabalho entre o STAAE Sul e Regiões Autónomas e as respetivas centenas de escolas dos vários ramos e níveis de ensino, locais onde abrangemos o Pessoal de Apoio Educativo (PAE) de todas as carreiras e categorias,

cobrindo as suas especiais necessidades de promoção e valorização profissional, não só no domínio da Formação, mas também no de todas as outras vertentes laborais e de cidadania ativa.

Longe de pretender salientar um ou outro caso qualquer, bem podemos considerar a certeza de que, a nível nacional e internacional, apesar de condições laborais nem sempre propícias e, nalguns casos, mesmo muito difíceis, o PAE é merecedor justo da consideração que, por toda a parte, lhe é tributada pelas comunidades escolares e educativas locais.

Radicados nas nossas experiências do passado e do presente, temos de refletir acerca de problemas que estão a condicionar a atividade e a eficácia de todos os sistemas educativos. Sem a pretensão de que possamos apresentar soluções milagrosas que os decisores

políticos, a curto e longo prazos, não poderão deixar de adotar, confiamos, isso sim, no dever de chamar a atenção para pontos essenciais da equação em que o PAE é elemento fulcral para o sucesso da Escola do futuro.

Finalmente, sempre comungando o geral princípio de acordo com o qual o sucesso educativo, em todas as dimensões e enquadramentos, será tanto mais evidente quanto mais bem preparados estiverem os agentes educativos em geral e o PAE em particular, fica o nosso compromisso da apresentação em breve de um conjunto de reivindicações que, no seguimento da consulta feita pela FNE aos trabalhadores e também às direções de escola, serão as mais prementes e pertinentes.

Boas férias

Cristina Ferreira

FNE revê contrato com IPSS para Não Docentes



A FNE concluiu, com acordo, a negociação sobre a revisão das remunerações dos trabalhadores não docentes das IPSS (Instituições Particulares de Solidariedade Social).

O acordo foi estabelecido com a CNIS - Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade Social, prevendo um ajustamento dos salários das diferentes categorias que varia entre os 1,5% e os 3,4%.

A FNE reconheceu que os aumentos a que se chegou não traduzem integralmente a sua proposta de revalorização salarial daqueles trabalhadores, mas entendeu que, apesar desta circunstância, este aumento constitui o resultado possível no contexto atual.

Com efeito, a FNE entendeu que há um longo trabalho a realizar para que aqueles trabalhadores alcancem o nível remuneratório que dignifique o trabalho que desenvolvem nas instituições do setor social.

Por outro lado, a FNE entendeu que o Estado não pode manter um serviço público contratualizado com as IPSS, a baixo custo, com consequências diretas na qualidade dos serviços que são prestados e na degradação das condições de trabalho dos que se entregam à causa social.

FNE presente no 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação, em Bangkok

A FNE esteve presente de 20 a 26 de julho, em Bangkok, capital da Tailândia, no 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação.

A delegação da FNE foi constituída pelo Secretário-Geral, João Dias da Silva, pela Vice-Secretária-Geral, Lucinda Dâmaso, contando ainda com a participação, como Observador, do Secretário-Geral da União Geral de Trabalhadores (UGT), Carlos Silva.

Foi sob o tema "*Educadores e Professores na liderança por avanços nas mudanças climáticas, nos direitos humanos e na democracia*" que este encontro se realizou.

O Congresso Mundial é o órgão máximo de decisão da Internacional da Educação (IE). É ali que se determinam as políticas, princípios de ação, programa e orçamento da organização e elege o Presidente, Vice-Presidentes e Secretário-Geral, bem como outros membros da Direção Executiva da IE. Este Congresso é composto de delegados

nomeados e representantes de suas organizações membros.

Foram cerca de 1400 profissionais da Educação que estiveram presentes, em representação de 293 sindicatos de 151 países, números que ajudam a entender o porquê de a Internacional da Educação ser a maior Federação Sindical internacional e que representa mais de 32 milhões de trabalhadores da educação de todo o mundo.

Este Congresso acontece de quatro em quatro anos e é lá que os participantes definem as linhas de trabalho da IE para o quadriênio 2019-2023, assumindo então a liderança no debate para defender uma educação pública de qualidade para todos, em democracia, com os direitos humanos salvaguardados e com base num futuro sustentável.

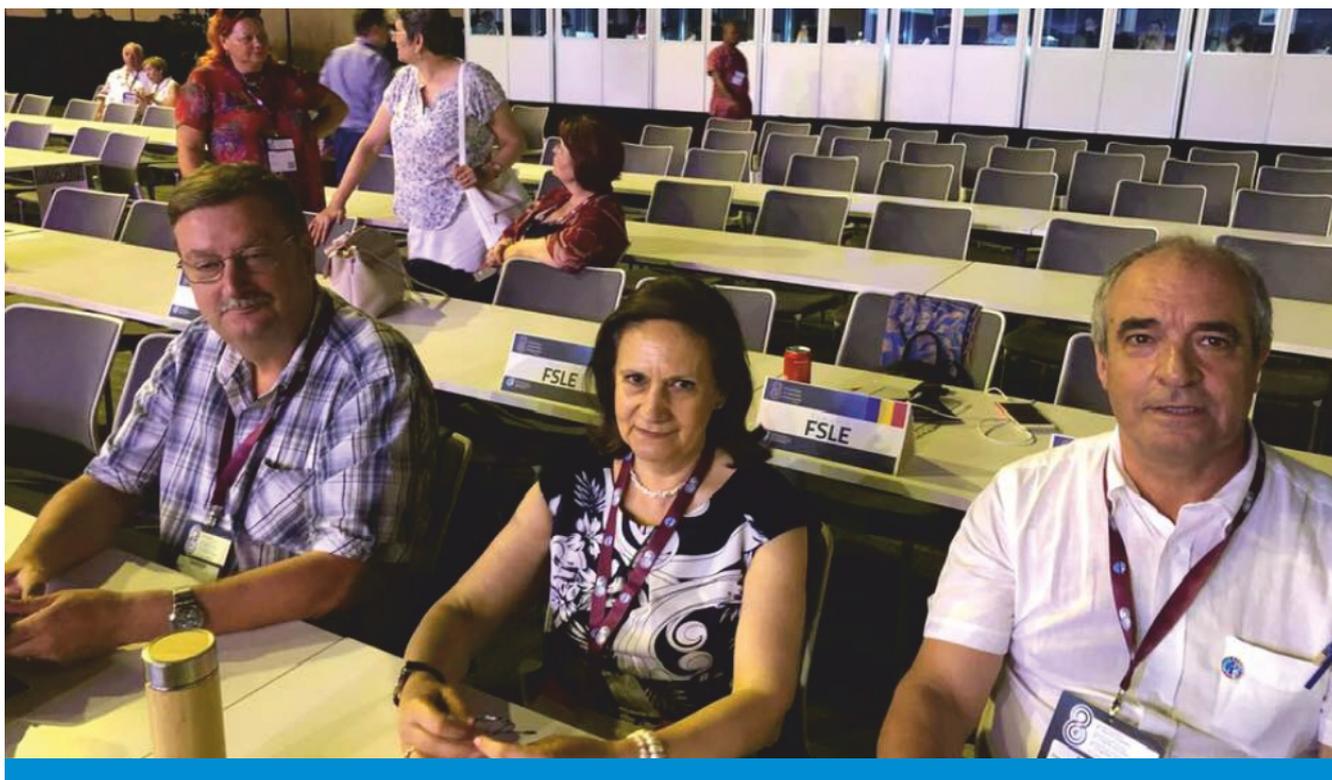
No debate sobre as prioridades da Educação no mundo participaram nomes como o do vencedor do Prémio Nobel da Paz, Kailash Satyarthi, que falou sobre a sua

missão de lutar contra o trabalho infantil;

Guy Ryder, diretor da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que falou sobre o centenário da OIT, o futuro do trabalho e do assédio no local de trabalho;

Jordan Naidoo, Diretor da Divisão de Apoio e Coordenação da UNESCO para a Agenda de Educação 2030, que destacou o papel essencial da educação e dos educadores na concretização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas;

Maria Ressa, eleita Pessoa do Ano de 2018 da revista Time e fundadora do Rappler, que alertou sobre as notícias falsas e o perigo que representam para a democracia no mundo e por fim Sharan Burrow, Secretária-Geral da Confederação Internacional de Sindicatos, que abordou a mudança climática e o futuro do trabalho.



260 milhões de crianças e jovens não estão na escola • Quase 50% dos professores não têm um emprego permanente • Quase metade dos pais tem que contribuir total ou parcialmente para as despesas de Educação • 50% dos sindicatos de Educação na Ásia e no Pacífico denunciam agressões físicas nas escolas e 1/3 dos professores na África, Peru e Brasil também • 64% dos Sindicatos de Educação indicam a existência de habitações inadequadas, com problemas de higiene e de acesso à água nas escolas.

Este Congresso Mundial da Internacional da Educação teve como mote quatro temas principais:

Mudanças climáticas:

Desde os cientistas que trabalham incansavelmente para despertar as consciências, aos jovens que saem às ruas para exigir medidas e ações em todo o mundo, a mudança climática é o maior desafio que enfrentamos hoje.

A crise climática é uma questão complexa que requer ações coordenadas para garantir uma transição justa para uma economia sustentável que não deixe para trás milhões de trabalhadores em todo o mundo.

A Educação é a chave para que isso aconteça. Durante o Congresso, foi publicado um guia sobre a mudança climática, que visa proporcionar aos educadores, informações e ferramentas para que possam tornar-se agentes de mudança, conduzindo a partir das suas salas de aula a luta contra o aquecimento global.

Democracia:

A democracia começa na sala de aula. Os fundamentos, dos direitos dos cidadãos ao pensamento crítico, são aprendidas na escola. Contudo, nos últimos anos, a democracia e os professores como vetores da democracia têm sido sujeitos a muitas pressões.

Das tentativas de impor agendas políticas nas escolas, à prisão abusiva de professores, alguns governos estão a travar uma guerra contra o poder transformador da educação.

Os educadores defendem os seus estudantes, defendem-se a eles mesmos e à democracia, em países como o Brasil, a Turquia, as Filipinas, etc. Vários delegados desses países participaram no Congresso, e compartilharam as suas histórias.

Outra ameaça importante à democracia é a proliferação de notícias falsas ou eventos alternativos.

No Congresso Mundial da IE, professores de todo o mundo projetaram estratégias para incentivar o pensamento crítico entre os seus alunos e neutralizar a propaganda.

Tudo isto foi discutido com apoio de "Educação e Democracia: 25 Lições do Magistério" (Educação e Democracia: 25 aulas da profissão docente), um livro escrito em conjunto por Susan Hopgood, presidente da Internacional da Educação, e Fred van Leeuwen Secretário-Geral Emérito da Internacional da Educação. A apresentação do livro teve lugar durante o Congresso Mundial, em Bangkok.

Direitos Humanos:

A Educação é um direito humano. No entanto, 260 milhões de crianças não estão na escola e 152 milhões são forçados a abandonar a escola para trabalharem numa idade muito jovem.

Somente no sul da Ásia, 41 milhões de crianças estão presas no trabalho infantil. Sem educação, terão muito poucas oportunidades para melhorar a sua vida. Os educadores assumem a liderança para que todas as crianças frequentem a escola,

particularmente meninas e minorias.

Kailash Satyarthi, há muito tempo defensor dos professores e de seus sindicatos, tomou a palavra durante o Congresso.

Satyarthi ganhou o Prémio Nobel da Paz em 2014, por ter libertado mais de 87.000 crianças na Índia do trabalho infantil, escravidão e tráfico.

Privatização da Educação:

A privatização da Educação é um fenómeno crescente em todo o mundo.

Algumas empresas privadas descobriram o potencial de mercado da Educação, bem como outros serviços públicos.

O facto de a Educação ser um direito humano parece ter caído no esquecimento de muitos governos que delegam a responsabilidade de educar os seus cidadãos em entidades comerciais.

Nos países em desenvolvimento, esse fenómeno está a levar à exclusão sistemática de crianças do sexo feminino das escolas.

Muitos pais têm que escolher qual criança enviar para a escola, e algumas famílias investem até 30% dos seus rendimentos para terem os seus filhos na escola.





Primeiro dia de trabalhos dedicado ao tema "Causa das Mulheres"

O primeiro dia de trabalhos foi constituído por várias mesas redondas de discussão relativas a "Causas das Mulheres". A primeira foi sobre a união cultural e estruturas, seguida de debate sobre ferramentas de liderança.

Perspetivas regionais, a luta contra o discurso de ódio sobre os Direitos das Mulheres e a perspetiva da Educação pela 'lente' feminina, foram também temas levados à mesa.

Antes da cerimónia de abertura do Congresso, foram ainda discutidas recomendações e algumas observações finais sobre o tema da Conferência.

O pontapé de saída formal do 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação contou com um discurso de abertura da Presidente do IE, Susan Hoppgood, seguido de um discurso de boas-vindas do Dr. Watanaporn Ra-ngubtook, Secretário-Geral do Conselho de Professores da Tailândia.

Steve Cotton, Presidente do Conselho dos Sindicatos Globais, foi o orador convidado nesta cerimónia de abertura que terminou com uma recepção de boas-vindas a todos os participantes.

Nobel da Paz de 2014 discursou no Congresso

O Prémio Nobel da Paz de 2014 Kailash Satyarthi dirigiu-se ao 8º Congresso da Internacional da Educação-IE, dizendo que "as crianças estão em perigo, os professores estão em perigo, a democracia está em perigo e os professores são essenciais para que esta situação mude".

Líder de um movimento global para acabar com a escravatura e a exploração de crianças, desde 1980, Kailash criou a Fundação Infantil Kailash Satiatthy e tem vindo a promover ações em favor do direito de todas as crianças à educação.



A plateia aplaudiu de pé um lutador dos direitos da criança na Índia contra o trabalho infantil, a exploração e a pobreza, naquele que foi um dos primeiros grande momentos deste encontro mundial.



Sindicatos da CPLP-SE reuniram-se em Bangkok



A 22 de julho, realizou-se um encontro entre os delegados dos Sindicatos da CPLP-SE (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Sindical de Educação) presentes no 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação, em Bangkok, na Tailândia.

Os trabalhos iniciaram com referências positivas aos passos que têm sido dados para a concretização da CPLP-SE no seio da IE, na sequência do protocolo estabelecido e que começa a tomar forma, sendo sublinhado o facto de o uso da língua portuguesa como língua de trabalho neste Congresso, ser um sinal da importância que esta tem vindo a ganhar.

Nesta reunião reforçou-se ainda a ideia da necessidade de se trabalhar para definir um plano de atividades para 2020, com os apoios que possam vir a ser alcançados de forma a possibilitar a definição e a concretização desse plano.

Foi debatida a necessidade de ser criado um plano político da organização que defina as linhas principais

de ação. Neste contexto, ficou estabelecido promover proximamente - até outubro - uma reunião de representantes de todos os países para definição desse projeto e que permita avançar-se no domínio da formação em língua portuguesa, no âmbito de uma Academia Sindical da IE.

João Dias da Silva, Secretário-Geral (SG) da FNE, interveio para saudar o trabalho que está a ser feito no sentido da afirmação da CPLP-SE, considerando essencial reforçá-la na sua dimensão política e na sua dimensão de formação, afirmando que a FNE participará ativamente na sua definição e na sua concretização.

Foi depois exposta a situação de Angola, onde foram sublinhadas as tentativas do governo para atrair - sem sucesso - as três centrais sindicais para a apresentação de propostas de lei sindical, tendo-se estas recusado a contribuir para a produção legislativa sobre os direitos sindicais, uma vez que este processo está a ocorrer num contexto que fere os direitos e as liberdades sindicais, terminando a

pedir a solidariedade sindical da CPLP-SE neste processo.

A situação sindical docente em São Tomé e Príncipe também foi discutida, tendo sido anunciada a realização de um Congresso em 2020, com as organizações sindicais presentes a serem convidadas para participarem, existindo ainda interesse em que na altura se realize uma ação de formação.

Os representantes sindicais de Moçambique apresentaram também a preparação do próximo Congresso, em 21 e 22 de agosto de 2019, que vai transformar a Organização em Sindicato, convidando todas as organizações presentes a participarem nesse Congresso, manifestando também interesse em realizar formação na mesma oportunidade.

A terminar este encontro, a Federação de Sindicatos do Ensino Superior do Brasil, presente nesta reunião, anunciou o interesse em pedir a adesão à CPLP-SE, tendo obtido a concordância de todos os presentes.

FNE: "A nível mundial, defendemos a mesma mensagem. Não desistimos."



O Secretário-Geral da FNE discursou no dia 22 de julho, no Congresso Mundial da IE:

"A FNE, de Portugal, saúda o 8º Congresso da Internacional da Educação e todos os delegados aqui presentes, em nome de milhões de trabalhadores da educação em todo o mundo.

Pela nossa ação conjunta e articulada, pela solidariedade, vamos trabalhar e mobilizar toda a sociedade para garantir que a educação constitui um direito e que todos devem ter acesso aos níveis mais elevados de educação e formação.

O direito à educação e à formação para todos é uma responsabilidade de cada Estado que deve garantir os recursos para o estabelecimento de uma educação pública que tem de ser de alta qualidade

Uma orientação desta natureza significa que os orçamentos nacionais devem prever o financiamento indispensável à concretização de uma educação pública de qualidade que promove o sucesso de todos e que respeita a diversidade das necessidades de cada um para atingir esse sucesso.

Por isso, temos de exigir nos nossos países que a percentagem que a Educação representa em relação ao PIB nacional deve aumentar para estes objetivos.

Em Portugal, e no quadro de uma grave crise financeira, a austeridade representou na educação uma diminuição significativa do seu peso orçamental.

Por outro lado, a desvalorização dos educadores, professores e trabalhadores de apoio educativo teve tradução no congelamento de salários que já dura há dez anos. As organizações sindicais portuguesas não ficaram paradas e combateram decididamente as políticas de austeridade, tendo conseguido importantes mudanças para

corrigirem algumas das políticas impostas.

É esta força do sucesso da ação sindical que nos estimula para continuarmos e reforçarmos a nossa ação sindical.

Nós não desistimos. É esta a mensagem que todos os dias, em Portugal, levamos aos nossos Colegas, assumindo a responsabilidade da ação sindical.

A nível mundial, defendemos a mesma mensagem. Não desistimos.

Está na altura de reagirmos e de tomarmos a iniciativa.

Temos de tomar a iniciativa para garantir que a qualidade da educação é a chave de um futuro mais justo.

Temos de tomar a iniciativa para fazer progredir a profissão, melhorar a imagem dos profissionais da educação.

Temos de tomar a iniciativa para lutar pelos direitos sindicais.

Temos de tomar a iniciativa para garantir uma educação de qualidade e gratuita para todos.

Vamos ao trabalho".





A delegação da FNE foi recebida pelo Embaixador Português na Tailândia, Dr. Francisco Vaz Patto.

Este encontro permitiu o conhecimento da realidade da Educação na Tailândia, nomeadamente sobre o funcionamento do sistema educativo e das condições de vida neste país.

A delegação da FNE transmitiu ao Embaixador informações sobre os trabalhos do 8º Congresso Mundial da Internacional da Educação e as várias matérias que ali têm estado em discussão.

Congresso da IE aprova Declaração sobre os Direitos e o Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo

O 8º Congresso da Internacional da Educação, aprovou uma Resolução que estabeleceu uma Declaração sobre os Direitos e o Estatuto do Pessoal de Apoio Educativo (PAE).

Esta Resolução começa por deixar explícito que estes trabalhadores desempenham um papel vital para a concretização do direito à educação e para a garantia de uma educação de qualidade para todos, revelando-se ainda essenciais para a realização do Objetivo 4 do Desenvolvimento Sustentável.

Depois, esta Resolução reconhece os papéis complementares e interdependentes de todos os

funcionários da educação e afirma que o pessoal de apoio educacional faz parte da comunidade educativa e deve ser reconhecido como tal.

Por outro lado, o Congresso expressou a sua preocupação com o facto de estes Trabalhadores serem frequentemente subvalorizadas no local de trabalho e não serem reconhecidos na sua contribuição para uma educação de qualidade.

Seguidamente, a Resolução manifesta também a sua preocupação com o aumento da terceirização de papéis deste setor e os efeitos negativos que isto tem para os

direitos de emprego e até da qualidade educacional.

Na sequência destes pressupostos, o Congresso decidiu adotar uma Declaração sobre os Direitos e o Estatuto do PAE e declarar o dia 16 de maio, Dia Mundial do Pessoal de Apoio Educativo, para dar visibilidade e reconhecimento ao pessoal de apoio à educação, ao seu trabalho e à sua contribuição para Educação de qualidade que todos defendemos, solicitando que instituições internacionais como a OIT e a UNESCO apoiem ativamente os direitos e o estatuto destes trabalhadores.

O papel dos parceiros sociais na inovação e inclusão



A FNE foi convidada para a reunião de 24 de junho de 2019, em Bruxelas, do Grupo de Trabalho do Diálogo Social Setorial Europeu da Educação (ESSDE).

Esta reunião reúne alguns representantes dos sindicatos europeus da educação, da Federação Europeia de Empregadores da Educação e da Comissão Europeia (CE), e antecede a reunião anual do Plenário, com membros de todos os países filiados no Comité Social Europeu da Educação (CSEE), que está marcada para o próximo dia 2 de dezembro.

Como habitualmente, das 9 às 10 horas da manhã, os representantes sindicais e os representantes dos empregadores da

educação reuniram em salas separadas, juntando-se logo de seguida, desta feita já com a representação da Comissão Europeia.

Os temas deste encontro foram a inovação em educação, o impacto da aprendizagem analítica e da Inteligência Artificial (IA) na educação, o papel da educação na promoção da inclusão e dos valores comuns, de que modo as práticas inovadoras podem ser utilizadas para promover uma escola inclusiva e, finalmente, qual é o papel que os parceiros sociais desempenham em todas estas questões.

Kristina Larsen, da CE, apresentou a comunicação «Inovação em educação: o papel dos diri-

gentes escolares e dos professores em levar adiante a inovação nas escolas», no âmbito do apoio à inovação educativa em toda a Europa. Kristina Larsen falou da inovação pedagógica, organizacional e sistémica, realçando que todas elas envolvem ações e práticas novas em contextos determinados.

Por outro lado, mencionou algumas das razões por que a inovação não está a acontecer em todas as escolas, como sejam uma autonomia limitada, falta de incentivos, ausência de flexibilidade no uso de recursos humanos e financeiros ou falta de uma preparação sistémica de dirigentes e professores para realizarem a sua capacidade para a mudança.

Tim Tregenza, da OSHA (Agência de Informação da União Europeia em matéria de Segurança e Saúde no Trabalho) fez o enquadramento europeu no que respeita aos riscos do assédio online em Educação, realçando que o stresse no mundo do trabalho é visto como um problema bem mais lato, associado às tendências das tecnologias de informação e comunicação.

Tim Tregenza recordou que o Parlamento Europeu incentiva os Estados-Membros (EM) a levar adiante campanhas de consciencialização nas escolas secundárias, a incluir a questão do cyberbullying nos currículos educativos nas escolas e universidades e a estabelecer um sistema de deteção de casos nas escolas, para acompanhar todos os casos de assédio.

A convite do CSEE, a FNE fez uma apresentação de cinco minutos sobre os Perigos online e a Educação, em que evidenciou um denotado problema no uso de terminologia nesta matéria e situando-se em dois patamares diferentes: no cyberstalking (também referido como perseguição online, eletrónica ou virtual) e noutras formas de



vitimização online, como a agressão tecnológica, o assédio sexual cibernético, o sexting (envio e troca de mensagens e/ou imagens com conteúdo sexualmente explícito) ou o cyberbullying (uma extensão do bullying, definida como uma forma de violência que usa as TICs para perpetrar ações repetidas, intencionais e hostis, contra o(s) par(es), de um mesmo contexto escolar.

Em jeito de conclusão, a FNE deixou a mensagem que falta, a nível europeu e a nível nacional, uma visão integrada deste tema, que englobe as competências básicas, as competências dos adultos, as competências digitais, o ensino e formação profissional, a educação não-formal, informal e incidental e a educação de adultos, propriamente dita.

Na verdade, as medidas de prevenção e mitigação estão frequentemente ausentes, nos EM da União, quando se fala de assédio cibernético.

Para enfrentarmos os desafios da digitalização são particularmente necessários uma responsabilidade democrática, regulação própria para provedores de plataformas, financiamento público adequado e estruturas políticas coerentes, que gerenciem esta problemática e beneficiem o bem-estar e a inclusão de toda a população estudantil.

A parte final da reunião concentrou-se no debate sobre a proposta de Projeto de Declaração Comum sobre as Escolas Inclusivas, a levar ao Plenário de 2 de dezembro de 2019.

O representante da FNE foi Joaquim Santos.



Encontro da Aliança para a Aprendizagem em Praga



“Da Escola ao Trabalho – o Papel das Câmaras” foi o tema do evento organizado pela Aliança Europeia para a Aprendizagem (EaFA), da Comissão Europeia, em parceria com a Câmara de Comércio da República Checa, em cooperação com a Skoda e com o Instituto Checo de Informática, Robótica e Cibernética (ICIRC), que decorreu em 20 e 21 de maio de 2019, em Praga.

O evento incluiu uma visita à Escola Profissional Secundária Smíchov, bem como à Academia Skoda, parte integrante das instalações industriais desta marca de automóveis do Grupo Volkswagen, em Mladá Boleslav, a cerca de uma hora de autocarro da capital checa.

A iniciativa consistiu em discussões sobre o papel das Câmaras de Comércio e de Indústria no apoio a estágios e oferta de Cur-

sos de Aprendizagem e sobre o modo como os parceiros sociais podem intervir, partilhando, entre todas as partes interessadas, boas práticas de escolas profissionais e empresas na República Checa.

O primeiro dia começou nas instalações do ICIRC, com altos responsáveis do meio da Educação, Formação e Emprego da



República Checa, assim como do meio empresarial.

Desde logo ficou patente que há uma grande falta de jovens com as competências necessárias para satisfazer o mercado laboral do país e também um diálogo social forte e consequente entre todos os parceiros sociais, incluindo o Governo.

A FNE interveio no sentido de realçar a importância do papel dos sindicatos no processo, em conformidade com a Recomendação do Conselho de 15 de março de 2018, relativa a um Quadro Europeu para a Qualidade e a Eficácia da Aprendizagem, mais concretamente nos Critérios relativos às condições gerais (ponto 9), onde se lê que “os parceiros sociais, inclusive, sempre que pertinente, também a nível de organismos setoriais e/ou intermédios, deverão participar na conceção, na gestão e na execução dos programas de aprendizagem, em conformidade com os sistemas nacionais de relações laborais e as práticas de ensino e formação”.

O almoço foi servido no ICIRC, após o que se seguiu uma visita à secção dos robots, alguns dos quais destinados à Skoda. De seguida, os participantes foram conduzidos à Escola Profissional Smíchov, onde houve lugar a três workshops com demonstrações práticas sobre segurança cibernética, realidade virtual e vida no futuro, casas inteligentes e a utilização de drones.



A manhã do segundo dia foi preenchida com uma visita à Academia Profissional da Skoda, onde várias centenas de alunos preenchem a sua componente científica, técnica e em contexto de trabalho, para virem mais tarde a ser inseridos na própria empresa.

O evento terminou com uma visita às gigantescas instalações da Skoda e com uma conversa informal com um dos representantes sindicais da empresa, que

por sinal já tinha trabalhado em Portugal e no Brasil.

As Câmaras de Comércio e Indústria (CCI) desempenham um papel importante na abordagem da incompatibilidade de competências, facilitando a transição da escola para o trabalho e ajudando as empresas a desempenhar o seu papel. De acordo com os dados mais recentes, 80% das CCI estão envolvidas na educação e formação e 48% oferecem Educação e Formação Profissional (EFP) inicial ou contínua.

A nível nacional, o papel e envolvimento das Câmaras no EFP e

nos sistemas de aprendizagem variam significativamente, atuando como representantes comerciais, como organizações intermediárias entre empresas e escolas/aprendizes (Bélgica, Bulgária, República Checa, Hungria, Itália, Luxemburgo, Malta e Sérvia) e como fornecedoras de EFP (Luxemburgo). Além disso, em países como a Áustria, as Câmaras são responsáveis pela governação e administração de estágios e partes do sistema de EFP.

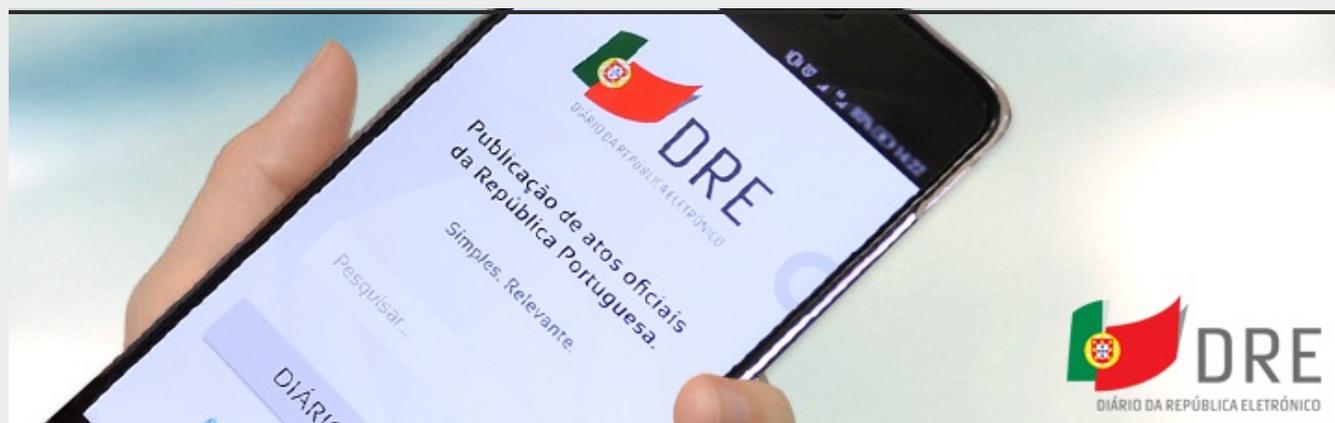
O representante da FNE na EAFA é Joaquim Santos.



Através do Projeto Azubi, os aprendizes da Academia Skoda têm a oportunidade todos os anos de desenhar e construir um protótipo, testando as suas competências e explorando as suas capacidades.



Diplomas publicados em Diário da República julho de 2019



[Decreto-Lei nº 85/2019](#)

[DR nº 123/2019,](#)

[Série I de 2019-07-01](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Permite aos trabalhadores da Administração Pública faltarem justificadamente para acompanhamento de menor de 12 anos no 1.º dia do ano letivo.

[Resolução do Conselho de Ministros nº 108/2019 - DR nº 124/2019,](#)

[Série I de 2019-07-02](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o Plano de Ação para a Economia Circular.

[Decreto-Lei nº 88/2019](#)

[DR nº 125/2019,](#)

[Série I de 2019-07-03](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o regime jurídico do ensino português no estrangeiro.

[Despacho nº 6147/2019](#)

[DR nº 126/2019,](#)

[Série II de 2019-07-04](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação
Define as linhas orientadoras a adotar pelas escolas na organização e realização das visitas de estudo e outras atividades lúdico-formativas a desenvolver fora do espaço escolar.

[Decreto-Lei nº 91/2019](#)

[DR nº 127/2019,](#)

[Série I de 2019-07-05](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Reforça a estrutura do Centro de Competências Jurídicas do Estado.

[Resolução da AR nº 91/2019](#)

[DR nº 129/2019,](#)

[Série I de 2019-07-09](#)

Assembleia da República
Recomenda ao Governo que adote medidas de criação de centros de elevada competência científica e tecnológica.

[Despacho nº 6306/2019](#)

[DR nº 130/2019,](#)

[Série II de 2019-07-10](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Designação do fiscal único do Instituto Politécnico da Guarda.

[Decreto nº 16/2019](#)

[DR nº 133/2019,](#)

[Série I de 2019-07-15](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Aprova o Acordo de Cooperação entre a República Portuguesa e a República Democrática de São Tomé e Príncipe Destinado à Criação da Escola Portuguesa de São Tomé e Príncipe, Centro de Ensino da Língua e da Cul-

tura Portuguesa, assinado na cidade de São Tomé em 13 de abril de 2015.

[Portaria nº 218-A/2019](#)

[DR nº 133/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-07-15](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aprova o Regulamento Geral dos Concursos Institucionais para Ingresso nos Cursos Ministrados em Estabelecimentos de Ensino Superior Privado para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2019-2020.

[Portaria nº 218-B/2019](#)

[DR nº 133/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série I de 2019-07-15](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Aprova o Regulamento do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no Ano Letivo de 2019-2020.

[Despacho nº 6397/2019](#)

[DR nº 134/2019,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Finanças - Gabinetes da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro das Finanças
Designação do júri para atribuição dos prémios no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública.

[Despacho nº 6397/2019](#)

[DR nº 134/2019,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Presidência do Conselho de Ministros e Finanças - Gabinetes da Ministra da Presidência e da Modernização Administrativa e do Ministro das Finanças
Designação do júri para atribuição dos prémios no âmbito do Sistema de Incentivos à Inovação na Gestão Pública.

[Despacho nº 6399/2019](#)

[DR nº 134/2019,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Finanças e Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinetes dos Ministros das Finanças e da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior
Designação do fiscal único da Universidade do Minho.

[Despacho nº 6407/2019](#)

[DR nº 134/2019,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Designação do provedor do bolsheiro de investigação.

[Despacho nº 6429-A/2019](#)

[DR nº 134/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro
Aprova o Regulamento do Programa +Superior para o Ano Letivo de 2019-2020.

[Despacho nº 6429-B/2019](#)

[DR nº 134/2019, 2º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-07-16](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Direção-Geral do Ensino Superior
Calendário de ações do Concurso Nacional de Acesso e Ingresso no Ensino Superior Público para a Matrícula e Inscrição no ano letivo de 2019-2020.

[Parecer nº 4/2019 - DR nº 135/2019,](#)

[Série II de 2019-07-17](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação
Parecer sobre a aplicação da Lei nº 62/2007, de 10 de setembro - Regi-

me Jurídico das Instituições do Ensino Superior.

[Recomendação nº 2/2019](#)

[DR nº 135/2019,](#)

[Série II de 2019-07-17](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Recomendação para uma política de Educação e Formação de Adultos.

[Deliberação nº 797/2019](#)

[DR nº 137/2019,](#)

[Série II de 2019-07-19](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Comissão Nacional de Acesso ao Ensino Superior

Divulga alterações de elencos de provas de ingresso para as candidaturas ao ensino superior de 2020, 2021 e 2022.

[Resolução da AR nº 108/2019](#)

[DR nº 138/2019,](#)

[Série I de 2019-07-22](#)

Assembleia da República

Recomenda ao Governo a clarificação dos critérios de progressão remuneratória dos docentes do ensino superior público.

[Decreto-Lei nº 96/2019](#)

[DR nº 139/2019,](#)

[Série I de 2019-07-23](#)

Presidência do Conselho de Ministros
Altera o estatuto jurídico do Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas.

[Portaria nº 231/2019](#)

[DR nº 139/2019,](#)

[Série I de 2019-07-23](#)

Finanças

Regulamenta o Programa de Capacitação Avançada para Trabalhadores em Funções Públicas (CAT).

[Despacho nº 6720-A/2019](#)

[DR nº 142/2019, 2º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-07-26](#)

Ciência, Tecnologia e Ensino Superior - Gabinete do Ministro.

Homologa a eleição do Presidente do Instituto Politécnico de Viana do Castelo.

[Resolução da AR nº 122/2019](#)

[DR nº 143/2019,](#)

[Série I de 2019-07-29](#)

Assembleia da República.

Recomenda ao Governo a adoção de medidas para integrar e apoiar nas escolas crianças e jovens com diabetes tipo 1.

[Recomendação nº 3/2019](#)

[DR nº 145/2019,](#)

[Série II de 2019-07-31](#)

Educação - Conselho Nacional de Educação

Recomendação sobre qualificação e valorização de educadores e professores dos ensinos básico e secundário

[Despacho nº 6851-A/2019](#)

[DR nº 145/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-07-31](#)

Educação - Gabinetes da Secretária de Estado Adjunta e da Educação e do Secretário de Estado da Educação

Procede à alteração do Despacho nº 779/2019, publicado no DR, 2ª série, nº 13, de 18 de janeiro de 2019 [Define as prioridades de formação contínua dos docentes, bem como a formação que se considera abrangida na dimensão científica e pedagógica]

[Despacho nº 6851-B/2019](#)

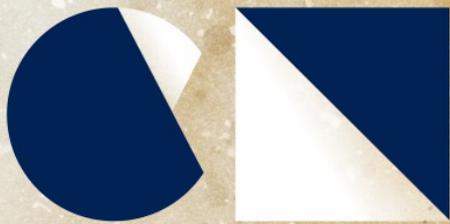
[DR nº 145/2019, 1º Suplemento,](#)

[Série II de 2019-07-31](#)

Educação - Gabinete do Secretário de Estado da Educação

Estabelece as regras relativas à adoção de manuais escolares para os cursos de educação e formação de jovens e para os cursos profissionais procedendo à revogação do Despacho n.º 6943-A/2013, de 27 de maio, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 102, de 28 de maio de 2013





VII CONVENÇÃO NACIONAL

26 - Out. 19

EUROPARQUE
SANTA MARIA DA FEIRA



DESAFIOS E EXIGÊNCIAS
DA ESCOLA PARA TODOS

APOIO:



santa maria da feira câmara municipal

ORGANIZAÇÃO:



FICHA TÉCNICA
JULHO 2019

proprietário
Federação Nacional da Educação

diretor
João Dias da Silva

editor
Pedro Barreiros

produção de conteúdos
Joaquim Santos e Tiago Soares

secretariado
Teresa Morais

sindicatos membros
Sindicato dos Professores da Zona Norte *
Sindicato dos Professores da Zona Centro *
Sindicato Democrático dos Professores da Grande Lisboa e Vale do Tejo * Sindicato

Democrático dos Professores do Sul * Sindicato Democrático dos Professores dos Açores * Sindicato Democrático dos Professores da Madeira * Sindicato dos Professores nas Comunidades Lusitadas * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Norte * Sindicato dos Técnicos Superiores, Assistentes e Auxiliares de Educação da Zona Centro * Sindicato dos Técnicos Administrativos e Auxiliares de Educação do Sul e Regiões Autónomas

tesoureiro
Joaquim Fernandes

redação
Rua Pereira Reis, 399 * 4200-448 Porto *
tel. 225 073 880 * fax. 225 092 906 *
secretariado@fne.pt

produção gráfica e paginação
Rafael Marques e Tiago Soares

